

N.F. Nº - 232420.0078/20-5
NOTIFICADO - MACEDO.COM DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.
NOTIFICANTE - ARTUR GALLIZA FILHO
ORIGEM - DAT METRO / IFMT METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 10.10.2023

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0173-05/23NF**

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. CONTRIBUINTE DESCREDENCIADO. Cobrança da antecipação tributária parcial em transação interestadual. A Notificada trouxe aos autos documentação que direcionam serem as mercadorias adquiridas serem aquisições para o ativo imobilizado do seu estabelecimento. Infração insubsistente. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal, Modelo **Trânsito de Mercadorias**, em epígrafe, lavrada em **02/07/2020**, exige da Notificado ICMS no valor histórico de R\$ 18.150,00, mais multa de 60%, equivalente a R\$ 10.890,00, perfazendo um total de R\$ 29.040,00, em decorrência do cometimento da seguinte infração.

Infração 01 - 054.005.008: Falta de recolhimento do ICMS, referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b”, do inciso III, do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d” da Lei de nº 7.014/96.

O Notificante **acrescentou na descrição dos fatos que se trata de:**

“Aquisição de mercadorias tributadas oriundas de outro estado da federação, através do DANFE de nº 81.961, por contribuinte na situação DESCREDENCIADO sem que tenha sido efetuado o pagamento referente a Antecipação Parcial antes da entrada das mesmas no Estado da Bahia. Apreensão das mercadorias e da documentação fiscal foi efetuada como prova material da infração a legislação do ICMS.”

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se os seguintes documentos: a Notificação Fiscal de nº **2324200078/20-5**, devidamente assinada pela **Agente de Tributos Estaduais** (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 02); a planilha de cálculo elaborada pelo Notificante (fl. 04); cópia do DANFE da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de nº **81.961** procedente do Estado de Minas Gerais (fl. 05), emitida em **29/06/2020**, pela Empresa “Metalúrgica Amapa Ltda”, **venda de produção do Estabelecimento**, correspondente às mercadorias de NCM de nº 9406.90.20 (Estrutura de ferro ou aço e paredes exteriores); cópia da consulta do histórico dos pagamentos efetuados pela Notificada na data de **02/09/2018**; cópia do histórico dos pagamentos realizados (fl. 08); cópia dos documentos do motorista (fl. 09).

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de seu representante, manifestando impugnação apensada aos autos (fl. 13) protocolizada na IFMT METRO/COORD. ATEND. na data de 15/09/2020 (fl. 12).

Em seu arrazoado a Notificada iniciou sua peça defensiva no tópico “**Dos Fatos**” consignou que atua no seguimento de bebidas e alimentos fazendo necessária aquisição de prateleira pra acomodação de caixas de bebidas e alimentos, possibilitando a circulação de funcionários, a manutenção da limpeza e higiene do ambiente bem como ao atendimento das exigências sanitárias dos órgãos competentes, motivo esse que levou a aquisição de tais materiais, e tratou

que ao passar pela fronteira com os equipamentos adquiridos foi autuada para pagamento da Antecipação Parcial.

Discorreu no tópico “*Das Razões da Impugnação*” que não se observou que a nota fiscal se referia a aquisição de material para Ativo Permanente, e conforme prevê o art. 272, inciso I, alínea “a”, item 2 do RICMS/BA/12 a dispensa do recolhimento para a empresa está garantida pela sua condição de Microempresa - ME.

Finalizou no tópico “*Do Pedido*” que pela ausência de fundamentação legal, requer a nulidade da Notificação Fiscal e o seu consequente arquivamento.

Verifico que por força de norma publicada em 18/08/2018, referente ao Decreto de nº 18.558/18, não consta a Informação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal, Modelo **Trânsito de Mercadorias**, em epígrafe, lavrada em **02/07/2020**, exige da Notificado ICMS no valor histórico de R\$ 18.150,00, mais multa de 60%, equivalente a R\$ 10.890,00, perfazendo um total de R\$ 29.040,00, em do cometimento da Infração (054.005.008) por **falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial**, antes da entrada do território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preenche os requisitos na legislação fiscal.

O enquadramento legal baseou-se na alínea “b”, do inciso III, do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei de nº 7.014/96 e multa prevista no art. 42, II, “d” da Lei de nº 7.014/96.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

A presente Notificação Fiscal resultou de uma ação de fiscalização realizada por Autoridade Fiscal do Posto Fiscal Honorato Vianna e lavrada em relação ao DANFE da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de nº **81.961** procedente do Estado de Minas Gerais (fl. 05), emitida em **29/06/2020**, pela Empresa “Metalúrgica Amapá Ltda.”, **venda de produção do Estabelecimento**, correspondente às mercadorias de NCM de nº 9406.90.20 (Estrutura de ferro ou aço e paredes exteriores); sem o pagamento da **Antecipação Parcial antes da entrada no Estado da Bahia** por contribuinte **que não atendia ao estabelecido no inciso III, do § 2º, do art. 332 do RICMS/BA/12, para poder usufruir** do prazo regulamentar para pagamento da obrigação tributária.

“Art. 332. O recolhimento do ICMS será feito:

(...)

III – antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:

(...)

b) não enquadrados no regime de substituição tributária por antecipação e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS: “

(...)

§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:

Quanto ao mérito, em apertada síntese, a Notificada consignou que as mercadorias adquiridas foram prateleiras para acomodação de caixas de bebidas e alimentos e se destinam ao Ativo Permanente da Empresa.

Verifico que em Consulta ao Sistema da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia de Informações do Contribuinte – INC, nos Dados Cadastrais, que a Notificada possui sua **Atividade Econômica Principal** alicerçada no CNAE de nº 4712-1/00 – Comércio Varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios e possui como Atividades Secundárias o comércio varejista de bebidas e o transporte de carga.

Corroborando a narrativa da Notificada, de serem mercadorias para o Ativo Permanente, peças para montagem de prateleiras, as aquisições efetuadas, através de requisição desta Relatoria ao Sistema da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia de Escrituração Fiscal Digital – EFDG da EFD da Notificada do mês de Junho/2020, período de apuração 01/06 a 30/06/2020, onde verifiquei que a Notificada **escriturou em sua EFD, as mercadorias adquiridas** na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de nº 81.961, em seus Registros C170 e C190, com o **enfoque do declarante da destinação desses produto** ao abrigo do Código Fiscal de Operação e Prestação – CFOP de nº 2551 (compra de bens para o ativo imobilizado) dando assim tratamento tributário relativo à destinação de suas mercadorias aos bens duradouros da Notificada e não destinados à comercialização, conforme exemplificativo a seguir: o Registro C190 relativo à NF-e de nº 81.961.

REGISTRO - C100 - ENTRADA
Nota Fiscal Eletrônica

REGISTRO - C190 - ENTRADA - Analítico

Analítico

CFOP: 2551

Valor da operação: R\$ 165.000,00

Base de cálculo do ICMS: R\$ 165.000,00

Valor do ICMS: R\$ 11.550,00

Base de cálculo do ICMS ST: R\$ 0,00

Valor do ICMS ST: R\$ 0,00

Valor não tributado base do ICMS: R\$ 0,00

Valor do IPI: R\$ 0,00

Código observação lançamento: 000 - Nacional, excl. - 2551 - Compra de be...

Entendo que a obrigatoriedade de recolhimento da Antecipação Parcial do ICMS, na forma prevista no art. 12-A da Lei de nº 7.014/96, **se aplica exclusivamente às aquisições interestaduais de mercadorias destinadas à revenda ou comercialização subsequente**. Ao contrário, não há incidência da Antecipação Parcial na aquisição de **ativo imobilizado**.

Art. 12-A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de **comercialização**, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso III do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição. **(Grifo nosso)**

Isto posto voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal de nº **232420.0078/20-5**, lavrada contra **MACEDO.COM DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.**

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 21 de setembro de 2023.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR

